

A DICOTOMIA CIVILIZATÓRIA EM GOIÁS NA DÉCADA DE 1950 E O PROJETO SOCIAL DA IGREJA

Lindsay Borges*

RESUMO: Nesse artigo são examinados discursos do primeiro arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, publicados na *Revista da Arquidiocese*, nos quais projetava Goiás como modelo de região que se desenvolvia sob o influxo da Igreja. Por meio de uma contextualização histórica, o objetivo é perscrutar como as propostas do prelado se inseriram no projeto desenvolvimentista preconizado para o Brasil. O propósito é sinalizar, ainda, como o prelado interpretou os conceitos de civilização e cultura muito em voga no período e que foram por ele traduzidos sob a perspectiva da Igreja. Em uma sociedade em acelerado processo de modernização, nos anos 1950, a Igreja se engajou nas discussões e nos projetos de desenvolvimento do país, como forma de manter a hegemonia religiosa. Para o arcebispo, Goiás deveria ser inserido de modo particular nesse processo, pela sua localização geográfica e pela fundação de sua capital, Goiânia (1933), e de Brasília (1960), signos de seu papel progressista.

Palavras chave: Igreja, sertão, desenvolvimento.

THE CIVILIZATION DICHOTOMY IN GOIÁS IN THE 1950s AND THE SOCIAL PROJECT OF THE CHURCH

ABSTRACT: In this article it is examined speeches of the first archbishop of Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, published in the Journal of the Archdiocese, in which he used to project Goiás as a model of region that was developing under the influence of the Church. Through a historical context, the objective is to scrutinize how the prelate's proposals were included in the recommended developmental project for Brazil. The purpose is to signal how the prelate interpreted the concepts of civilization and culture, hot points in the period, and which were translated by him under the perspective of the Church. In a society undergoing rapid modernization in the 1950s, the Church has engaged in discussions and in development projects for the whole country, in order to maintain religious hegemony. For the archbishop, Goiás should be inserted in a special way in this process due to its geographical location and the founding of its capital, Goiânia (1933), and of Brasília (1960), signs of its progressive role.

Keywords: Church, civilization, development.

A década de 1950 foi cenário de significativas mudanças no país, período em que a sociedade brasileira experimentava uma modernização crescente, tanto em termos tecnológicos como nos costumes, com reflexos no campo da religião e da cultura. Goiás viveu essa experiência de maneira particular, impulsionado pela construção de Brasília que, entre outras mudanças, significou novas estradas, ligando a região ao resto do país, implicando, ainda, mais circulação de ideias e de distintos hábitos de vida.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás, área de concentração História, Memória e Imaginários Sociais; professora da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, da Universidade Federal de Goiás. lindsayb@terra.com.br.

Certos de que não era possível conter as avassaladoras transformações que ocorriam em todas as esferas sociais, parcela do episcopado brasileiro, entre eles Dom Fernando Gomes dos Santos, primeiro arcebispo de Goiânia (1957-1985), procurou contribuir para que a Igreja acompanhasse as mudanças do mundo moderno, prolongando a hegemonia dessa instituição milenar na sociedade. O propósito desses bispos era consolidar no imaginário da população a importância da preservação dos valores cristãos, impedindo a ruptura com a tradição religiosa, típica, sobretudo, das regiões mais interiorizadas do país. Segundo Duarte (2003), a concepção de desenvolvimento desses prelados se coadunava com o projeto denominado desenvolvimentismo, prevalente entre os intelectuais latino-americanos nas décadas de 1950 e 1960, que apontava o investimento em infraestrutura como promotor do desenvolvimento.

Dom Fernando Gomes dos Santos chegou a Goiás no contexto da construção de Brasília e suas preleções, publicadas pela *Revista da Arquidiocese*, além da perspectiva religiosa, mostravam como sua visão sobre a região coadunava com os parâmetros indicados pelos teóricos desenvolvimentistas para a inserção de Goiás no caminho do progresso nacional. Na década de 1950, o desenvolvimento brasileiro pautava-se por ideias de modernidade e projetos de aceleração do desenvolvimento e Goiás, pela sua localização estratégica, deixava, aos poucos, de ser visto como região isolada, tornando-se emblema de integração nacional. A Igreja integrou-se a essa discussão e Dom Fernando manifestou seu posicionamento tanto em ações concretas como em discursos, por meio dos quais manifestava o desejo de tornar Goiás um exemplo de região que se desenvolve no país em efetiva conexão com a Igreja.

Nesse contexto, a Igreja Católica no Brasil inaugurou uma nova concepção de doutrina social e se inseriu de maneira mais direta no debate sobre os rumos para acelerar o desenvolvimento do país, destacando a importância da sua contribuição nesse processo e adotando um conceito de desenvolvimento próprio da época, fundamentado também no crescimento econômico. Para Duarte, a concepção de desenvolvimento dessa parcela do episcopado pressupunha a participação subsidiária da Igreja e visava:

[...] a superação da miséria e do atraso, situações sub-humanas e intoleráveis, mediante o aperfeiçoamento intelectual e tecnológico; a conscientização das massas para torná-las “povo”; a integração entre as diferentes regiões do país através da complementação e da solidariedade em vista da formação de um mercado interno. (DUARTE, 2003, p. 23)

Para efetivar essas três estratégias – apoio ao progresso tecnológico, conscientização das massas e integração nacional –, a Igreja agiu em duas frentes: ao mesmo tempo em que apresentou uma série de ações práticas visando o desenvolvimento do país em bases cristãs, colocou-se como instituição civilizadora, que tinha como função educar, ou melhor, conscientizar a massa, visando a superação da miséria e do atraso.

Dom Fernando, plenamente integrado às ideias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade que ajudou a fundar, comungava com o episcopado do pensamento de que o desenvolvimento econômico impulsionaria o progresso do país e da sua população. Nesse sentido, os escritos do arcebispo demonstram sua crença em que a construção de Brasília no sertão goiano serviria como impulsionador desse progresso. Para o arcebispo, Goiás, com seu significativo potencial, devido à sua localização e riquezas naturais, precisava aproveitar a oportunidade que a transferência da capital federal oferecia e assumir seu papel como centro de equilíbrio do país:

Iniciamos nosso episcopado em Goiânia sob o signo do chamado “desenvolvimento econômico”. O Brasil está sendo sacudido pelo frêmito, já hoje irreprimível, do progresso, da expansão e da riqueza. Procura, por isso, seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente. Goiás, com sua privilegiada situação geográfica e suas imensas reservas naturais, sente que chegou a hora de realizar sua vocação. Tudo é novo e tudo toma proporções imensas nesse velho celeiro do ouro e das esmeraldas. (SANTOS, 1958a, p.11)

O arcebispo percebia em Goiás uma reserva de possibilidades para alavancar o país que se projetava no período, pois, para ele, era o *locus* onde havia sido preservada a pureza e a autenticidade do brasileiro. Para Dom Fernando, Goiás guardava as matrizes intocadas da brasilidade, onde podia ser forjado o novo ser nacional:

Aqui está o povo de Goiás, falange eleita do povo brasileiro, na floração mimosa de sua juventude, cujas graças enfloram num sorriso de primavera todo este ambiente, em cujos corações pequeninos como que sentimos o sangue virginal da raça, qual se fora uma cascata cristalina, a cantar as canções do Porvir, da Esperança e Grandeza da Pátria [...]. (SANTOS, 1961, p. 36)

Dom Fernando, que já havia chamado a atenção para a situação privilegiada de Goiás, tanto em termos de localização como de recursos naturais, enfatizava a fonte da autenticidade do seu povo como componente fundamental na composição da nação. Em outra ocasião, em uma perspectiva utópica, o prelado defendeu a ideia de que Goiás

seria responsável pela síntese dos valores nacionais, dando origem a uma nova civilização:

[...] eu sinto que uma civilização nova surge, civilização mediterrânea – juntando, agora, todos os valores da Pátria, desde aqueles que estão situados à beira do Atlântico, até os que avançam para o Pacífico. [...] Goiás está sendo o centro de irradiação de toda essa cultura, de toda esta nova civilização. (SANTOS apud FOLHA DE GOIAZ, 1968, p. 4)

Esse discurso nacionalista encontra ancoragem no movimento modernista, iniciado nos anos 1920, que ressaltava traços originais da cultura brasileira para representar a nação, tendo em vista inseri-la na modernidade. O propósito era integrar o local, o nacional e o universal como propulsores da modernidade, conforme a assertiva: “seremos uma nação, na medida em que formos capazes de reconhecer os traços universais contidos em nossas tradições” (VELOSO e MADEIRA, 1999, p. 99).

Dom Fernando considerava que a construção de Brasília, cujo início coincidia com sua posse como Arcebispo de Goiânia, reservava para Goiás um destino especial. Duarte (2003) avalia que aquele momento nacional foi percebido como uma reminiscência do bandeirantismo e uma continuidade da Marcha para o Oeste, política do Estado Novo visando a integração nacional. Esse deslocamento da fronteira tinha como meta a ocupação da Amazônia a partir do interior do país e reiterava o Centro-Oeste como centro geográfico e irradiador da expansão futura. O arcebispo adotava essa mesma perspectiva, chamando atenção para a “vocação histórica” de Goiás:

Costumo defender essa tese – junto aos meus colegas no episcopado e em diversas outras ocasiões, dentro e fora do país, todas as vezes que me é dado falar sobre a importância do Centro-Oeste de nossa Pátria. Sou um convencido de que nem mesmo o Estado de Goiás tomou plena consciência de seu valor e de sua vocação histórica. O fato é que eu costumo comparar não sei se com certo exagero, que o Centro-Oeste, constituído de Goiás e do Mato Grosso (mas que Goiás inegavelmente, tem a liderança e terá sempre) está para o Brasil, assim como o Brasil está para a América Latina. (SANTOS apud FOLHA DE GOIAZ, 1968, p. 4)

Para Martins (1997), a Marcha para o Oeste, a partir de 1943, significou uma mudança na forma de ocupação da fronteira. Até então havia o deslocamento da frente de expansão, dilatando a fronteira demográfica e, a partir daquele momento, a chamada frente pioneira alargava a fronteira econômica, acelerada pela intervenção do Estado. O autor afirma ser a fronteira o lugar de conflito e de desencontro, colocando no mesmo espaço grupos com diferentes concepções de vida e, sobretudo, situados em

temporalidades distintas. A Marcha para o Oeste provocou esse desencontro ao tentar incorporar o sertão ao ritmo de desenvolvimento nacional.

A intervenção do Estado Nacional visava integrar ao mercado nacional esse amplo espaço territorial isolado geográfica e economicamente, transformando o sertão para arrancá-lo da situação de “atraso” e levá-lo a intercambiar com as demais regiões. Nesse sentido, os hábitos e a mentalidade do sertanejo também precisavam ser modificados, para torná-lo produtivo, assim como era necessário conhecer o sertão, tendo em vista encontrar os melhores recursos para domesticar a natureza bruta. Para Souza (1997), essa forma de intervenção sobre o sertão tinha o objetivo de disciplinar a terra e o povo do lugar, por meio de ações econômicas e governamentais. Segundo a autora, a campanha civilizadora conduzida pelo Estado-Mercado, buscava romper os obstáculos que impediam a homogeneização espacial e social, visando construir a unidade nacional. O sertão precisava ser civilizado, abrindo-se à indústria e ao comércio, bem como às redes de transporte e comunicação, tornando-se viável economicamente e conectando-se efetivamente às demais regiões progressistas do país.

Assim como a Marcha para o Oeste tinha como objetivo a civilização do sertão para incorporá-lo ao mercado nacional, Brasília significou, para Dom Fernando, uma nova ancoragem da civilização do litoral, chegando ao sertão goiano. Em visita a Brasília, o prelado afirmou que, naquele momento, o Brasil tomava consciência de si mesmo e começava a sentir sua grandeza como nação, procurando o seu centro de equilíbrio, que se encontrava em Goiás:

Por isso vimos a Brasília. Não com objetivos de passeio ou de turismo, mas com a intenção nobre de entrar em contato com uma realidade que surge. É a civilização que se desloca da praia para o interior e, por assim dizer, procura seu centro de equilíbrio para expandir-se harmoniosamente. [...] Vimos aqui dar testemunho de nossa presença ao mundo novo que se abre para os nossos sertões com estradas rasgando as nossas matas, com asfalto passeando pelos nossos desertos, com máquinas pesadas roncando nas quebradas das serras. Como é consolador, Senhor Presidente, nessa arrancada para o oeste, verificar que a civilização que vem chegando agora, o que encontrou de verdadeiramente humano, nessas paragens, foi o sinal da Cruz no topo das rústicas capelinhas rurais, apontando, de longe em longe, ao caboclo desconhecido e desajustado, o caminho que leva a Deus. (SANTOS, 1958b, p. 25-26)

Esse discurso apresenta dois temas fundamentais no pensamento de Dom Fernando: a dicotomia litoral-sertão e o conceito de civilização. A dicotomia reformulada pelo arcebispo entre o desenvolvimento que chegava do litoral – aqui representado pelas estradas, pelo asfalto, pelas máquinas – e o atraso do sertão –

representado pela natureza indomada das matas, dos desertos, das serras – também marcou a visão dos intelectuais sobre a região. Ao refletir sobre como Goiás foi pensado desde o Império, Garcia examina a ambiguidade de uma região ora vista como parte integrada ora isolada do resto da nação:

A província aparecia nos discursos dos administradores e dos funcionários do governo como uma parte pertencente à nação que se formava dentro do Império, sob a proteção da “figura magnânima do Imperador”, com “enormes potencialidades territoriais” e com as mais variadas “excelências da natureza”. Em contraposição a essas representações a Província aparecia numa outra imagem – uma região ilhada do processo de desenvolvimento e vivendo a dinâmica própria do isolamento. (GATCIA, 1999, p.8)

A dicotomia entre um Brasil urbano e um Brasil sertanejo foi consolidada por Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*, de 1902, elaborado a partir da sua cobertura sobre a guerra de Canudos, no interior da Bahia. No livro, o escritor desvela seu estranhamento diante do contraste que percebia entre o ambiente e a sociedade de onde vinha, o litoral, e o sertão com o qual se deparava. Em seu estudo sobre o pensamento de Euclides da Cunha, Souza (1997) pontua que o sertão se apresentava, para o escritor, com traços de negatividade, mas também de positividade. Se, por um lado, se mostrava com “três séculos” de atraso, por outro, continha o cerne da nacionalidade.

Essa positividade aparecia no contraste com o litoral, que para Cunha havia se tornado o reflexo da decadência de uma nacionalidade em decomposição, por incorporar tudo o que chegava de fora, enquanto o sertão resistia aos reveses e permanecia como reserva de nacionalidade. No entanto, segundo Souza (1997), para o escritor, a nacionalidade não se constituiria com essas partes separadas, mas sim com a reformulação das negatividades de ambas. Havia um descompasso social e temporal que precisava ser eliminado, ajustando o ritmo evolutivo do sertão ao do litoral. Nesse sentido, a perspectiva pensada para o sertão foi a de incorporar-se ao ritmo que o tempo moderno exigia e, ao mesmo tempo, resguardar a nacionalidade considerada autêntica.

Dom Fernando manifestou seu estranhamento sobre a situação em que encontrou a população do interior de Goiás no final dos anos 1950 porque chegava do nordeste, onde fizera parte de um grupo de bispos que se destacava no cenário nacional e que havia conquistado avanços importantes para aquela região. Ao comparar as duas regiões, o prelado atribuía ao nordeste uma população mais densa, politizada e consciente de sua situação infra-humana, enquanto o interior de Goiás contava com uma

população escassa e com dificuldades de comunicação que, segundo ele, impediam a conscientização sobre a condição social de miséria (SANTOS, 1963).

Contudo, ao lado da negatividade que perpassava sua análise sobre o subdesenvolvimento da região e que ressaltava de forma recorrente em suas falas, o arcebispo buscava afirmar Goiás como centro de equilíbrio para que o Brasil pudesse expandir-se harmoniosamente. Para ele, o sertão poderia acompanhar as mudanças que chegavam do litoral e precisava do incremento da civilização para arrancá-lo da rusticidade e do isolamento. Na perspectiva do prelado, para cumprir o seu papel, Goiás precisava da colaboração da Igreja, apontando que o único sinal de civilização nessas longas distâncias era o sinal da cruz nas capelas.

O conceito de civilização aparece de forma recorrente nos discursos de Dom Fernando, tornando-se um elemento importante para a compreensão de seu pensamento. O prelado usa o conceito de civilização como sinônimo de cultura: “Goiás está sendo o centro de irradiação de toda essa cultura, de toda essa civilização” (SANTOS apud FOLHA DE GOIAZ, 1968, p. 4). Isso mostra que ele partilhava do pensamento dos modernistas que, a partir da década de 1920, substituíram o conceito de raça pelo de cultura na formação do pensamento sobre a nação brasileira, ao valorizar as práticas estéticas provenientes de distintas culturas.

Segundo Veloso e Madeira (1999, p. 140), naquele período falar alternadamente de civilização brasileira ou de cultura brasileira era típico dos intelectuais. Para as autoras, trata-se de uma síntese elaborada pelo pensamento social brasileiro, “que absorve a ideia de *civilização* da tradição francesa e a ideia de *cultura* da tradição alemã”¹. Nesse contexto, a ideia de civilização, para Dom Fernando, era perpassada, também, por uma conotação unificadora, pois, ao impor ao sertão um modo de vida aceito pelo litoral, apagar-se-iam as diferenças entre as duas sociedades. Entretanto, o projeto civilizador para o prelado precisava, acima de tudo, ser conduzido segundo os

¹ Ao estudar a gênese do processo de mudança dos costumes na sociedade européia, Elias (1994) conclui que para os alemães o termo *civilização* estava associado à ideia de aparência externa e superficial, enquanto a expressão *cultura* assinalava as qualidades de que uma nação se orgulha, como suas realizações. Os ingleses e franceses, por sua vez, tornaram o termo *civilização* motivo de orgulho nacional, porque expressa o progresso do ocidente e da própria humanidade. Para Norbert Elias (1994), a ideia de *civilização*, além de ser vista como um processo em constante movimento “para a frente”, tende a minimizar as diferenças entre os povos, enquanto o termo *cultura*, percebido como algo mais estável, tende a acentuar as diferenças nacionais. Segundo o autor (IDEM, p. 25), “enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessantemente e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual”.

princípios da Igreja Católica, chegando a aplicar como sinônimas as palavras “civilizado” e “cristão”. Essa concepção foi expressa pelo arcebispo durante uma concentração dos católicos da Arquidiocese de Goiânia em apoio ao prelado, que havia sido contestado por estudantes goianos contrários à criação de uma universidade confessional no Estado:

Essa concentração veio dizer, não apenas que somos um povo civilizado e cristão, mas também o quanto valemos – quando alguns pretendem subestimar o valor de nossas convicções e desconhecer a força de nossa coesão. [...] Esta concentração, além do mais, é uma afirmação de que Goiás despertou. Não apenas sob o aspecto material da riqueza; não apenas sob o aspecto econômico e social. Não apenas no valor de seus homens públicos, no vigor da inteligência e do coração daqueles que fizeram prodígios como o da construção de Goiânia; mas que este glorioso Estado despertou, está cada dia mais vivo e vigilante, para as realidades de sua fé católica e apostólica romana. (SANTOS, 1959, p. 65)

O arcebispo foi buscar na história da Igreja os argumentos para justificar o papel da instituição como “mestra e condutora” do povo brasileiro que, segundo ele, desde o descobrimento empreendeu uma obra civilizadora sobre os sertões do Brasil, o que continuaria em relação a Goiás:

A Igreja também agora e aqui, deve cumprir sua missão de Mestra e Condutora do povo brasileiro, como soube cumpri-la em todos os momentos decisivos de nossa história. Quem não se lembra do fervor dos Padres Franciscanos celebrando a primeira Missa nas terras de Vera Cruz? Ou do zelo dos Padres da Companhia de Jesus, ensinando o Brasil a ler, a rezar e a cultivar os campos? Ou da ação desassombrada dos nossos Bispos e Sacerdotes na luta contra o hereje (sic) invasor, contra a ganância da Corte, contra os inimigos do Altar e do Trono, bem como em favor da independência da Pátria e da libertação dos escravos? Como ontem, deve-se ao apostolado humilde e heróico do Sacerdote católico, a obra civilizadora dos nossos sertões. Hoje, quando Goiás faz brotar do seu seio a futura Capital do Brasil, é necessário que seus padres e seus filhos fiéis à Santa Igreja Católica continuem a obra do passado e se antecipem às exigências do futuro. (SANTOS, 1958a, p. 11-12)

Além de se propor a projetar Goiás no cenário nacional, o arcebispo empreendeu uma luta que somava ações práticas e educativas, tendo em vista concretizar sua proposta de arrancar Goiás da situação de subdesenvolvimento. Dom Fernando pretendia implantar um projeto progressista e inserir a região no mundo moderno ao qual se mostrava aberto, com as ressalvas atinentes à doutrina da Igreja:

Houve em todos os tempos e cresce nos nossos dias um grande equívoco contra a Igreja e a vida cristã: o de que a Doutrina Cristã, como a Igreja a ensina, é contrária à natureza e aos anseios de nossos corações, contrário à ciência e ao progresso, contrário ao conforto e bem estar da vida terrena. Diante desse preconceito, é fácil julgar que a Igreja considera “pecado” o uso das coisas da terra, dos frutos da ciência e do progresso, do conforto que a técnica e as artes proporcionam à humanidade. Mas este julgamento não corresponde nem aos ensinamentos da Igreja, nem à realidade. Bem ao contrário. O pecado não está no uso das coisas feitas por Deus para o homem, nem tão pouco no uso daquilo que o homem faz como colaborador de Deus para, por assim dizer, completar a obra da criação. O pecado começa a existir no momento em que o homem abusa das coisas criadas. Abusar significa desviar do fim, empregar mal, desvirtuar, exceder-se. (IDEM, p. 9)

Como enfatizado, Dom Fernando propunha implantar um projeto de desenvolvimento econômico e social em Goiás, em colaboração com o Estado, tornando a região um modelo para o Brasil. O processo brasileiro de modernização na década de 1950 exigia da Igreja uma forma de agir mais atenta à realidade social. A crescente industrialização e a consequente urbanização ampliavam a circulação de novas correntes de pensamento, propiciando, ainda, o crescimento de outras denominações religiosas. Essas mudanças chegavam ao campo, provocando o êxodo rural e levando à organização do camponês na luta por seus direitos, fazendo com que a preocupação da Igreja se voltasse, de maneira especial, para o setor rural, terreno em que a instituição buscava manter sua hegemonia. Nesse sentido, passou a desenvolver projetos que fossem ao encontro das necessidades das populações camponesas, visando proporcionar-lhes acesso aos benefícios do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, Dom Fernando procurou conquistar um espaço privilegiado para a região nos projetos da Igreja no Brasil, sempre atento ao papel de Goiás como centro de equilíbrio para o desenvolvimento nacional. Duas iniciativas denotam o empenho do prelado em ressaltar o papel civilizador da Igreja na sua atuação junto à sociedade, além da escolha de Goiás para a aplicação desses projetos. A primeira dessas iniciativas foi a elaboração, pelos bispos do Brasil, de um plano de reforma agrária que seria desenvolvido primeiramente em terras da Igreja e, caso bem-sucedido, seria expandido pelo país. Dom Fernando ofereceu a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, pertencente à Arquidiocese de Goiânia, onde o projeto piloto foi implantado. O propósito do Arcebispo era que essa experiência de reforma agrária da Igreja, em colaboração com o Estado, projetasse Goiás como o responsável pela emancipação econômica do país:

[...] No momento histórico que vivemos, o significado desse acontecimento, realizado em nosso Estado, reveste-se de aspecto especial, precisamente, por ser Goiás, a unidade da Federação que deu Brasília ao Brasil e dará a Reforma Agrária como segundo fator, depois da mudança da capital, de emancipação econômica e política do país. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1959a, p. 117)

Ademais, o arcebispo acreditava que uma experiência de ordem prática convenceria as instituições laicas e religiosas nacionais sobre a viabilidade desse tipo de iniciativa. Assim, o projeto de reforma agrária trazia em si um componente persuasivo emblemático, revelando o interesse da Igreja em convencer a sociedade sobre a importância e possibilidade de sucesso dessa iniciativa. O próprio Dom Fernando ressaltou que a finalidade prática do plano era “dinamizar as vontades e dar ao movimento um âmbito nacional” (idem, ibidem), pois mais de trinta dioceses aguardavam seus resultados para também implantar o projeto. Para o arcebispo, a atuação da Igreja seria efetivada por meio de uma ação que ele denominava como educativa, visando uma solução cristã para o problema do campo.

O prelado ressaltou a vantagem de a Igreja iniciar o movimento de reforma agrária, insistindo em uma campanha de educação e formação para que cada segmento – governo, proprietários de terras e famílias beneficiadas – entendesse o seu papel no processo. O arcebispo deixou transparecer que, ao trabalhar em parceria com o Estado, a Igreja se colocava acima da sociedade, atribuindo a si a função de harmonizar os diversos interesses em jogo, por meio de um trabalho educativo:

É claro que esses interesses podem e devem ser harmonizados mediante um trabalho sério de formação da opinião pública, de educação cívica, de esclarecimento da situação delicada em que se encontra o país, de defesa das instituições, da cultura, das nossas tradições cristãs e democráticas. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1959b, p. 103)

O projeto civilizador da Igreja em Goiás fica mais evidente quando se trata dos empreendimentos no setor do ensino propriamente dito, como segunda iniciativa a ser destacada. Dom Fernando investiu nos dois extremos do processo: na educação de base, que visava a “conscientização” do homem do campo e na criação da Universidade Católica de Goiás, em 1959, que complementaria a função central do Estado para a integração nacional. Segundo o prelado (1959b, p. 65), “a Providência Divina escolheu Goiás para centro geográfico”, com a construção de Brasília o elevava a “centro político

do país” e com a criação da Universidade Católica de Goiás, o firmara como centro de “irradiação da cultura”:

Goiás está passando por uma grande transformação, sobretudo depois do advento de Brasília. A Igreja tem procurado, na medida de suas possibilidades, colaborar no sentido de juntar seus recursos no objetivo comum do progresso do Estado. Tem procurado atuar simultaneamente sob dois aspectos: na elevação no nível cultural do povo, particularmente do homem do campo; e no setor da ação social. A Igreja está convencida de que a melhor solução para minorar o sofrimento das populações pobres é dar ao homem subdesenvolvido a consciência do seu valor como pessoa e, ao mesmo tempo proporcionar-lhe os meios de superar a crise que o envolve. Para isso, se torna necessária uma ação conjunta do próprio homem, da comunidade em que ele vive e dos Poderes Públicos. A ação isolada de cada um desses elementos será insuficiente ou francamente incapaz de dar a solução que se deseja. É por isso que a Igreja, em Goiás se esforça pela educação de base e pela cultura mais intensa, desde as escolas Radiofônicas até a Universidade. (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1962, p. 44-45)

O Movimento de Educação de Base (MEB), implantado em Goiás em 1961 e ministrado por meio das escolas radiofônicas, complementava uma série de projetos da Igreja, sob a perspectiva de que as propostas de transformação da realidade brasileira precisavam ser acompanhadas por um trabalho educativo. O MEB foi concebido como forma de a Igreja contribuir com o desenvolvimento do país, incorporando o homem do campo a esse processo por meio da educação.

O regulamento do MEB apresentava como objetivos ministrar educação de base às populações das áreas “subdesenvolvidas” do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de um programa de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, especialmente agrícola e promoção social (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1961a.). O movimento foi destinado, sobretudo, à formação integral do homem do campo, incluindo o aspecto humano e cristão, visando integrá-lo à comunidade nacional: “através dos conhecimentos adquiridos, os alunos [poderiam] compreender o seu valor de pessoas humanas, elevar o seu nível de vida, e unirem-se em verdadeiras comunidades para trabalharem juntos pelo bem comum e pelo bem da pátria” (REVISTA DA ARQUIDIOCESE, 1963, p. 51).

Para a Igreja, o desenvolvimento econômico, sozinho, não seria suficiente para promover a valorização da população excluída. De acordo com Dom Fernando, era necessário um conjunto de ensinamentos que, além de alfabetizar, proporcionasse a essas pessoas uma vida mais humana e cristã (REVISTA DA ARQUIDIOCESE,

1961b). O MEB vinha atender a essa necessidade, pois objetivava ir além da alfabetização e promover, junto a essa população, a conscientização sobre suas condições precárias de vida e suas possibilidades de mudança, orientada pelos valores cristãos.

Devido à repercussão favorável dessas iniciativas, o arcebispo reconheceu ter feito um significativo trabalho em Goiás, conforme discurso durante as comemorações pelo aniversário de fundação da Rádio Difusora, em 1967, período em que completava dez anos de episcopado em Goiânia:

[...] realmente seria uma falsa modéstia, seria uma espécie de hipocrisia, pretender ocultar ou negar o que se fez durante dez anos: obras de vulto, obras realmente que transformaram a mentalidade e a fisionomia da Capital do Estado de Goiás. Isto eu digo porque reconheço que fui instrumento de Deus, para alguma coisa, mas sobretudo, porque não faltaram nem os auxílios e as bênçãos do alto, nem a colaboração dos senhores. E aqui está realmente aquilo que me comove, aquilo que me enaltece, aquilo que se transforma como que uma coroa para mim: são os meus caríssimos auxiliares, sacerdotes e leigos. (SANTOS, 1967, p. 476)

O arcebispo se colocava como instrumento da providência divina, com a incumbência de desempenhar um trabalho de transformação no Estado. Em uma solenidade, ao falar na presença de autoridades locais, Dom Fernando dividia os méritos de seu trabalho com os auxiliares que, por sua vez, o exaltavam nas páginas da *Revista da Arquidiocese*. Na mesma cerimônia, o diretor da Rádio Difusora revelou que o evento era uma homenagem a Dom Fernando, idealizador e entusiasta da emissora, enfatizando o trabalho do arcebispo em Goiás: “é incalculável a contribuição da Arquidiocese de Goiânia ao progresso e ao desenvolvimento da nossa terra, à formação da nossa juventude, à cultura da nossa gente” (PIMENTEL, 1967, p. 474).

Em uma estrutura social em transformação e numa conjuntura histórica crítica, a Igreja em Goiás se posicionou visando manter-se como interlocutora privilegiada da sociedade também no plano temporal. As perspectivas sobre as mazelas sociais se coadunavam com as leituras há muito cristalizadas sobre civilização e barbárie e a Igreja arrolou elementos que deveriam ser extirpados, mas foi além dos projetos utópicos na medida em que envidou esforços para consolidar o que considerava projetos civilizatórios. Nesse cenário, Dom Fernando encaminhou ações concretas da Igreja, buscando viabilizar novas possibilidades para a inserção dos goianos nesse processo.

O discurso de Dom Fernando permite uma leitura de afinidade da Igreja com os debates que se travavam no Brasil e na América Latina sobre as alternativas colocadas

para alcançar o desenvolvimento. O caminho apontado indicava os moldes preconizados pelos desenvolvimentistas e Dom Fernando reverberava particularmente o conceito de civilização como sinônimo de progresso e o endossava. Mais que isso, apontava caminhos e indicava a instituição religiosa para alavancar essa possibilidade por meio da ação social mediada pela doutrina cristã. Brasília, emblema da modernidade, alimentava a utopia religiosa e social de Dom Fernando e as ações e discursos do clérigo sobre a região reforçavam nos líderes católicos locais a perspectiva de que ele era o homem providencial, enviado no momento certo para contribuir com o desenvolvimento de Goiás em moldes cristãos.

A concepção de desenvolvimento de Dom Fernando – que em diversos momentos mostrava não se limitar ao aspecto econômico – apresentaria mudanças mais profundas a partir da encíclica *Gaudium et Spes*, de 1965, e, mais particularmente, a partir da Constituição Pastoral *Populorum Progressio*, de 1967, que tratam do desenvolvimento integral do homem: “O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo [...]” (*POPULORUM PROGRESSIO*, 1990, p. 14). Evocando os princípios da doutrina social da Igreja no período, o arcebispo encampou um projeto emblemático não apenas no âmbito religioso, deixando um legado que perdura no imaginário local.

Referências

Documentais

FOLHA DE GOIAZ. A Igreja na Inauguração do 2º Estágio – Fala de Dom Fernando. *Folha de Goiaz*. Goiânia, p. 4, 17.03.1968.

PIMENTEL, Fernando Rodrigues. Excelentíssimo Senhor Arcebispo. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia, n. 6, p. 472-475, jun. 1967.

POPULORUM Progressio. São Paulo: Paulinas, 1990

REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Primeira reunião do Conselho de Planejamento do Plano Piloto de reforma Agrária. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 8, p. 117, ago. 1959a.

_____. A IGREJA promove reforma agrária. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 2, p. 99-106, fev. 1959b.

_____. MEB: Regulamento. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 8, p. 579-583, ago.

1961a.

_____. Em funcionamento as Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 9, p. 623-625, set. 1961b.

_____. Entrevista. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n.1/2, p. 44-49, jan. fev. 1962.

_____. MEB: Escolas Radiofônicas. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 1, p. 51-54, jan. 1963.

SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Mensagem de Páscoa 1958. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n.4/5, p. 5-15, abr./mai. 1958a.

_____. Discurso proferido por D. Fernando Gomes em Brasília. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 7, p. 25-27, jul. 1958b.

_____. O dever gratíssimo de agradecer. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 11, p. 63-66, nov. 1959.

_____. Movimento Por um Mundo Melhor. *Brasil Central*. Goiânia, n. 76, p. 3, 13/5/1960.

_____. A palavra do Arcebispo na Brasília-Anápolis. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 1, p. 34-38, jan. 1961.

_____. Memorial sobre os pontos básicos do Planejamento da Ação da Arquidiocese de Goiânia. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 7, p. 397-402, jul. 1963.

_____. Fala o Arcebispo. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 6, p. 476-477, jun. 1967.

_____. Mensagem de Páscoa 1973. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 4, p. 198-201, abr. 1973.

_____. A homilia. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 11, p. 787-789, nov. 1975.

_____. 10º Congresso Eucarístico Nacional. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 7, p. 428-429, jul. 1980.

Bibliográficas

DUARTE, Teresinha. *Se as paredes da Catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar*. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz uma província do sertão: entre o signo da unidade nacional e a força do isolamento*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Candice Vidal. *A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

RECEBIDO EM 09/01/12

APROVADO EM 21/01/12